

A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA VÍTIMA E DO RÉU NO GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL

DISCURSIVE REPRESENTATION OF THE VICTIM AND DEFENDANT IN THE GENRE JUDICIARY

Alba Valéria Saboia Teixeira Lopes*, João Silva Neto**

RESUMO

Esta comunicação apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado, em que analisamos como a representação discursiva da vítima e do réu é construída no gênero sentença judicial. Assim, objetivamos analisar como os sujeitos são representados discursivamente no texto jurídico a partir de pontos de vista de enunciadores distintos e como os elementos referenciais colaboram no processo de construção dessas imagens, que são ativadas e compartilhadas entre enunciator e co-enunciadores. O trabalho insere-se no âmbito teórico geral da linguística textual e, mais especificamente, na análise textual dos discursos (ATD), com base em Adam (2011). O trabalho é orientado pelos estudos de Rodrigues et al. (2010, 2014), Passeggi (2010, 2001), Capez (2012) e outros. É uma pesquisa documental, com caráter qualitativo, descritivo, explicativo e interpretativo. Para a análise, selecionamos uma sentença do TJSP, com a temática da violência contra a mulher. Os resultados indicaram que a construção da representação discursiva dos sujeitos é complexa e depende das escolhas feitas pelo enunciator, de suas intenções, seus objetivos, podendo aproximar-se ou distanciar-se, de acordo com a orientação argumentativa do texto.

Palavras-chave: Análise textual dos discursos; representação discursiva; gênero sentença judicial.

ABSTRACT

This paper presents results of a master degree research, in which we analyze how discursive representation of victim and defendant is built in court judgment genre. Thus, we aimed to assess how involved individuals are discursively represented in legal text from views of different enunciators and how referential elements collaborate in construction of these images, which are activated and shared between enunciator and co-enunciators. This work is part of general theoretical fra-

* Doutoranda em Linguística Teórica e Descritiva pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) – pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, email – alba.teixeira@gmail.com.

** João Silva Neto

mework of text linguistics and, more specifically, of textual discourse analysis (ATD), based on Adam ([2008] 2011), being guided by studies of Rodrigues et al (2010, 2014), Passeggi (2010, 2001), Capez (2012) among others. It is a documentary research, with qualitative, descriptive, explanatory and interpretative character. For analysis, we selected a sentence from TJSP, of violence against women theme. Results indicated that construction of discursive representation of individual is complex and depends on the choices made by enunciator, its intentions, goals, and may approach or distance themselves, according to argumentative text orientation.

Keywords: *Textual analysis of discourse; discursive representation; court judgment gender.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo analisar como as representações discursivas da vítima e do réu são construídas no gênero sentença judicial a partir de pontos de vista de enunciadores distintos. Focalizada na dimensão semântica do texto, “[...] a noção de representação discursiva supõe que todo texto constrói, de forma mais ou menos explícita, ‘imagens’ – i.e., representações – do seu enunciador ou de seus enunciadores, do seu destinatário ou dos seus destinatários, assim como dos temas tratados” (RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2014, p. 250). O estudo fundamenta-se no quadro teórico geral da linguística textual e, mais especificamente, nos pressupostos da análise textual dos discursos (ATD), teoria desenvolvida por Jean-Michel Adam (2011). A análise é complementada com outras noções teóricas da linguística do texto vinculadas aos estudos do gênero e do discurso jurídico.

Em termos metodológicos, é uma pesquisa documental que se orienta pelo método do raciocínio indutivo-dedutivo, apresentando um caráter qualitativo, descritivo, explicativo e interpretativo. De modo a contribuir e evidenciar a construção da representação discursiva da vítima e do réu no texto jurídico, nossas análises lançaram mão de algumas categorias semânticas de análise da Rd: a referência (designações do referente), a modificação (dos referentes e das predicções) e a predicção (de ação, de estado, de mudança de estado). Para a análise do *corpus*, selecionamos uma sentença coletada do portal de serviços do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) – Poder Judiciário, em Consulta de Julgados de 1º. Grau¹ com a temática da violência contra a mulher.

O texto está dividido em três partes: na primeira, apresentamos, na fundamentação teórica, a análise textual dos discursos (ATD), os níveis ou planos de análise que a compõem e o nosso objeto de estudo, a representação discursiva (Rd); na segunda, apresentamos a análise do *corpus*, a discussão dos resultados e, por fim, tecemos as considerações finais.

A ATD E A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA

A Análise Textual dos Discursos (ATD), elaborada pelo linguista francês Jean Michel-Adam (2011), constitui-se em uma abordagem teórica e descritiva no campo da linguística textual, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias (RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010, p. 152). É nesse contexto que o autor, visando uma aproximação entre texto e discurso, por considerá-los elementos necessários e complementares da atividade enunciativa, propõe

¹ Site disponível – www.esaj.tjsp.jus.br/cj/pg/

uma nova teoria “desvencilhada da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa (ADF)”. Desse modo, considerada como um subdomínio da linguística textual, a ATD propõe “[...] uma definição da textualidade como conjunto de operações que levam o sujeito a considerar, na produção e/ou na leitura/audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significante” (ADAM, 2011, p. 25). Trata-se de uma proposta teórica que postula, “[...] ao mesmo tempo, uma separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise de discurso” (ADAM, 2011, p. 43). Dentro dessa perspectiva, Adam (2011) representa na figura abaixo como se distribuem os fenômenos linguísticos, objetos de análise da LT e da AD:

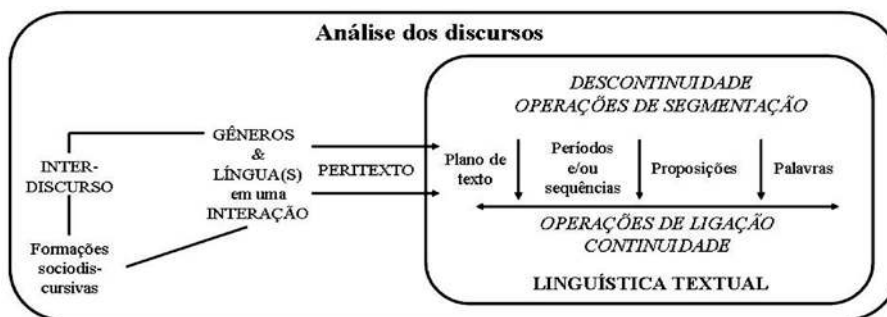


Figura 1 – Esquema 3: Determinações textuais “ascendentes” e “descendentes”.
Fonte: Adam (2011, p. 43).

Segundo o autor, o esquema configura os elementos linguístico-discursivos. De um lado, estão os encadeamentos de proposições que constituem o texto, regulações ascendentes e, de outro, os elementos responsáveis por situar o texto no contexto das formações sociodiscursivas, regulações descendentes, ou seja, “[...] nos lugares sociais, nas línguas e nos gêneros [...]” (ADAM, 2011, p. 44). A ATD é, portanto, o resultado da ligação entre os dois planos, descrita como “uma teoria da produção co(n)textual de sentido [...]” (ADAM, 2011). Dessa forma, a análise textual dos discursos “pretende responder à demanda de propostas concretas para a análise de textos [...]” (ADAM, 2011, p. 25). Assim, a ATD pressupõe a análise e a reflexão da materialidade textual, levando em conta os aspectos sociais e culturais em que um texto é construído e adquire sentido. É a partir da correlação entre os planos textuais e discursivos que o autor propõe um quadro esquemático no qual se distinguem linguisticamente os níveis ou planos da análise do discurso. É relevante ressaltar que a base teórica da ATD está pautada nesse esquema.

Apresentamos o esquema 4 proposto por Adam (2011). No quadro esquemático, observamos oito níveis de análise distribuídos em dois planos: o plano discursivo e o plano do texto. No plano discursivo, constante na parte superior do quadro, encontramos os níveis: (N1) ação visada e objetivos, (N2) interação social e (N3) formação sociodiscursiva, nos quais estão inseridos os interdiscursos. No nível textual, apresentam-se (N4) textura, proposições enunciadas/períodos, (N5) estrutura composicional, seqüências/planos de textos, (N6) semântica, representação discursiva, (N7) enunciação, responsabilidade enunciativa/coesão polifônica e (N8) atos do discurso, valor ilocucionário/orientação argumentativa (ADAM, 2011, p. 61). A esquematização dos níveis reforça a necessidade de ampliação da forma como o texto é descrito e analisado. Ela enfatiza também a ideia de um planejamento prévio que reflita a organização de um texto a ser produzido.

Nesse sentido, a ATD passa a analisar os níveis a partir de seus encadeamentos de enunciados e dos sentidos construídos. Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 152) agrupam os níveis de análise da ATD da seguinte maneira:

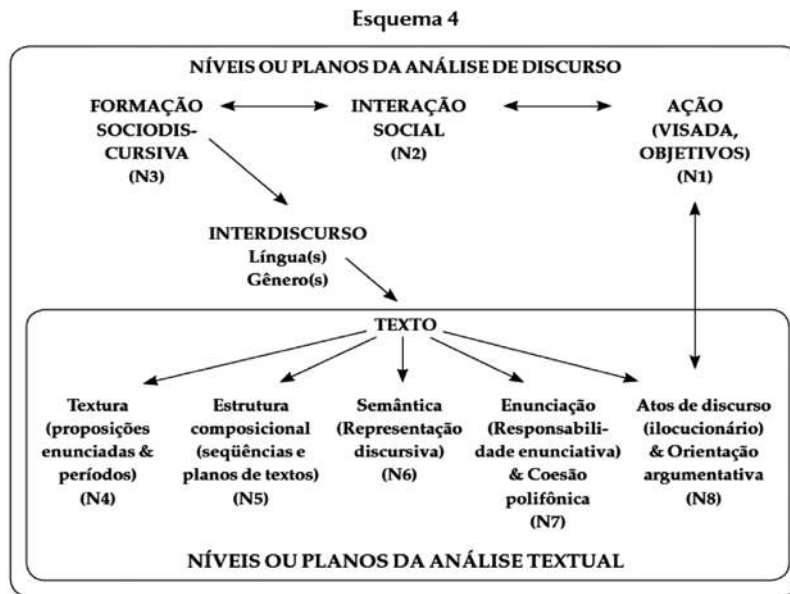


Figura 2 – Esquema 4: Níveis da análise de discurso e níveis da análise textual
 Fonte: Adam (2011, p. 61).

- a) nível sequencial-composicional: corresponde ao modo como os enunciados se organizam em períodos originando as seqüências. Estas, por sua vez, agrupam-se conforme um plano de texto. Nesse nível, evidencia-se a estruturação linear do texto;
- b) nível enunciativo: estrutura-se linearmente, mas pode também se configurar de forma não linear no texto. Diz respeito às “vozes” do texto, à sua polifonia². Está de acordo com a noção de responsabilidade enunciativa;
- c) nível semântico: de acordo com o nível anterior, pode ocorrer de forma linear ou não. Esse nível corresponde à noção de representação discursiva e a noções de conteúdo referencial.
- d) nível argumentativo: relaciona-se aos atos de discurso e sua orientação argumentativa no texto.

Sendo o texto objeto de estudo da ATD, Adam (2011) questiona a noção de frase como unidade de análise textual. Explica que a frase é uma unidade de segmentação tipográfica que não apresenta uma estabilização em sua estrutura sintática. Para tanto, propõe uma unidade textual mínima que possibilita ao produtor de texto ou ao leitor interpretar os diversos sentidos dela advindos, chamada de proposição-enunciado ou proposição enunciada. Segundo o autor, essa microunidade enunciativa e textual é “enunciada por um enunciador inseparável de um coenunciador” (ADAM, 2011, p. 108). Nesse sentido, Adam (2011) acrescenta que não existe enunciado isolado, pois, mesmo que apareçam sozinhos, sempre estão ligando-se uns aos outros para manter a noção de continuidade semântica. Essa condição de ligação dá-se pela orientação argumentativa. O autor acrescenta ainda que “[...] todo enunciado possui um valor argumentativo, mesmo uma simples descrição desprovida de conectores argumentativos” (ADAM, 2011, p. 122). Adam (2011) ressalta

² De acordo com Ducrot (1987 - 1988), o fenômeno da polifonia “possibilita ao locutor apresentar diferentes pontos de vista em um determinado enunciado”. Assim, “o autor de um enunciado (sujeito empírico) não se expressa diretamente, mas o faz por meio da figura de um locutor (sujeito discursivo), que apresenta diferentes vozes, diferentes pontos de vista, cuja origem são enunciadores. Isso mostra que o sentido de um enunciado nasce das diferentes vozes que ali aparecem”.

que toda proposição enunciada compreende três dimensões, a enunciativa, a referencial e a argumentativa, que se complementam e podem ocorrer simultaneamente no discurso.

A dimensão da responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) “permite dar conta do desdobramento polifônico” ou das “vozes do texto” (ADAM, 2011, p. 110). Essa noção traz discordâncias entre alguns autores. Assim, segundo Culioli (1971),³ “toda enunciação supõe responsabilidade enunciativa do enunciado por um enunciador”. Para Nølke, Fløttum e Norém (2004),⁴ “assumir a responsabilidade enunciativa é ser a fonte do enunciado, é estar na origem, é assumir a paternidade”. Conforme Rabatel (2008a),⁵ “o sujeito responsável pela referenciação do objeto exprime seu PdV tanto diretamente por comentários explícitos, como indiretamente, pela referenciação” (RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010, p. 153).

De acordo com Adam (2011, p. 117), a responsabilidade enunciativa concretiza-se pela ocorrência de um grande número de unidades da língua, descritas minimamente pelo autor em oito categorias, a saber: os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diferentes tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores, os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.

A dimensão semântica ou referencial dá conta das questões pertinentes à representação discursiva ou (Rd). Ela é considerada uma das principais noções estudadas pela ATD, ao lado das correferências, anáforas, isotopias e colocações.

[...] o postulado das representações remete às ‘representações mentais’ dos interlocutores [...] ela assume que os interlocutores têm representações e que estas são fundamentais na comunicação discursiva. O postulado dos pré-construídos culturais estabelece que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos, de natureza cultural e social, a começar pela própria língua utilizada. [...] o postulado da construção dos objetos refere-se ao fato de que o discurso constrói objetos de pensamento, a partir da significação dos termos que utiliza. Esses objetos remetem aos referenciais do discurso, que devem ser, pelo menos parcialmente, comuns aos interlocutores (PASSEGGI, 2001, p. 247).

O autor acrescenta que, embora o sistema linguístico seja o mesmo para todos os interlocutores, a transmissão de suas experiências na comunicação ocorre parcialmente. Dessa maneira, conforme Passeggi (2001, p. 248), “a construção dos objetos de discurso deve ser, necessariamente, uma co-construção, na medida em que estes são sempre objetos *ad hoc* que devem adequar-se a propósitos discursivos específicos e momentâneos”.

Nesse sentido, Adam (2011) explica que “todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante uma atividade [...] de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd” (ADAM, 2011, p. 114). A partir desse movimento recíproco, o leitor é convidado a construir e (re)construir um trabalho interpretativo e coerente que permite as interligações das unidades textuais. Para o autor, a construção das representações discursivas só é possível quando o falante ativa, nesse processo, seu conhecimento de mundo, bem como suas competências cognitivas. Em conformidade com o autor, Dubois e Mondada (2003, p. 17) explicam que a construção ou a re-

³ A. Culioli. Rubriques de linguistique de l’Encyclopédie Alpha. Paris: GrangeBatelière, 1971.

⁴ H. Nølke; K. Fløttum; C. Norén. ScaPoLine: La théoriescandinave de La polyphonieliinguistique. Paris: Kimé, 2004.

⁵ A. Rabatel. Homo narrans: pour une analyseénonciativeetinteractionnelledurécit: les points de vue et la logique de lanarration. Limoges: Lambert-Lucas, 2008a.t.1.

De acordo com o autor, essas três dimensões encontram-se articuladas e em sintonia, o que significa dizer que não existe um enunciado isolado ou independente do outro. Dessa forma,

toda representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [PdV] (relação [A] – [B]) e que o valor ilocucionário derivado da orientação argumentativa é inseparável do vínculo entre o sentido de um enunciado e uma atividade enunciativa significativa (relação [C1]-[B]). Enfim, o valor descritivo de um enunciado [A] só assume sentido na relação com o valor argumentativo desse enunciado [C1]. O sentido de um enunciado (o dito) é inseparável de um dizer, isto é, de uma atividade enunciativa significativa que o texto convida a (re)construir (ADAM, 2011, p. 113).

Esse processo de construção somente é possível quando se estabelece uma relação entre os dados linguísticos expressos no texto e as informações, os conhecimentos prévios que o produtor ou o leitor traz para o contexto. Nesse aspecto, convém destacar ainda que para a ATD o contexto assume um papel fundamental na atividade interpretativa. Para Maingueneau (2002), o contexto não é um dado preestabelecido e estável, mas é construído, reformulado, transformado, a partir das relações sociais, culturais e históricas em que um texto é produzido.

Na seção seguinte, pretendemos exemplificar, através da análise realizada na amostra, como as categorias semânticas da Rd, a referência, a predicação e seus modificadores, colaboram e evidenciam a construção da representação discursiva da vítima e do réu no gênero sentença judicial. A construção dessa representação será focalizada sob o ponto de vista de enunciadores distintos, que no texto sinalizaremos como E1 (enunciador 1) que representa o PdV do juiz e E3 (enunciador 3) representado pelo PdV da vítima.

Para este momento e, de acordo com nossos objetivos, selecionamos no texto expressões que contribuíram, de modo mais específico, para a construção das imagens da vítima e do réu no texto em estudo. É relevante esclarecer que, para a análise dos enunciados, este item e os seguintes, foram agrupados em blocos de acordo com suas proximidades semânticas. A estratégia dessa organicidade auxilia o interpretante/analista, tornando o texto um produto analisável.

ANÁLISE DO CORPUS

A representação discursiva da “vítima” sob o PdV do E1 (juiz)

a) “assustada”, “aflita”, “alarmada”, “constrangida”, “acuada”, “indignada”.

Quadro 1 – representação discursiva da “vítima”.

NN.	Exemplo	Modif. do Referente “vítima”
1	(E’1) “A vítima, assustada, pediu para que o acusado abra a porta, [...]”	“assustada”
2	(E’2) “[...] a vítima apresentou-se um tanto aflita ao depor, o que fez na ausência do acusado.”	“aflita”
3	(E’3) “[...] Ficou mais alarmada, quando sentiu que ele desceu as mãos.”	“alarmada”
4	(E’5) “Ficou bastante constrangida com toda aquela situação, [...]”	“constrangida”
5	(E’6) “[...] a vítima, encontrando-se a sós com o acusado, viu-se por ele acuada.	“acuada”
6	(E’7) “A vítima se mostrava indignada e dizia ter tido problemas com o padre da Vila Maria [...]”	“indignada”

Fonte: Lopes (2014, p. 72).

A representação discursiva de “vítima” sob o PdV do E1, foi construída a partir de alguns modificadores que desempenharam, nos enunciados, função atributiva e qualificadora. Esses operadores contribuem para a construção de sentido do referente e permite ao leitor visualizar a imagem do objeto que o enunciador quer evidenciar.

Nesse sentido, observamos que os adjetivos selecionados pelo E1 mantêm uma estreita relação de contiguidade semântica, ou seja, os termos, “assustada” > “aflita” > “acuada” > “indignada” descrevem o estado emocional da vítima, além de ajudar na construção do cenário/espaço no qual ela está inserida. Nos enunciados (E’2), “um tanto aflita”, (E’3) “mais alarmada” e (E’5) “bastante constrangida”, foram utilizados operadores discursivos intensificadores que interferem e modificam as propriedades dos adjetivos predicados “aflita”, “alarmada” e “constrangida”, objetivando ressaltar essas características no objeto.

b) “firmeza”, “sinceridade”, “convincente”

Quadro 2 – representação discursiva da “vítima”.

NN.	Exemplos	Modif. do Referente “vítima”
1	(E’9) “É o que ocorre nos autos, onde se evidencia a firmeza e sinceridade de relato feito pela vítima [...]”	“firmeza e sinceridade”
2	(E’10) “[...] descreveu os fatos de forma convincente, apontando o acusado como autor do delito.”	“convincente”

Fonte: Lopes (2014, p.76).

O objeto “vítima” é redesignado pelos termos “relato” e “fatos”, a partir de um processo associativo que passa a fazer parte constitutiva do referente, contribuindo para a construção de sua imagem. Assim, por analogia, são atribuídas à imagem da “vítima” as expressões “firme”, “sincera” e “convincente”, traçando um novo perfil para o sujeito, ou seja, o de ser uma pessoa autêntica e verdadeira, referindo-se à lisura de seus atos. Os modificadores empregados adquirem função qualitativa e asseverativa, atribuindo um sentido de valor a cada termo.

c) “firme”, “segura”, “coesa”, “coerente”, “verossímil”.

Quadro 3 – representação discursiva da “vítima”.

N.	Exemplos	Modif. do Referente “vítima”
1	(E’15) “Em crimes de natureza sexual, rotineiramente praticado às escondidas, presentes apenas os agentes ativo e passivo da infração, a palavra da vítima assume preponderante importância, por ser a principal, senão a única prova de que se dispõe. Quando firme, segura, coesa, coerente e verossímil, deve prevalecer sobre a inadmissão de responsabilidade do réu.”	“firme” “segura” “coesa” “coerente” “verossímil”

Fonte: Lopes (2014, p.76).

Os termos “firme”, “segura”, “coesa”, “coerente” e “verossímil”, relacionados à expressão “palavra da vítima” ligam-se ao referente vítima por analogia. Nesse sentido, o objeto de discurso recebe como seus modificadores, adjetivos modalizadores asseverativos. Dessa forma, ao analisarmos cada modificador separadamente, observamos que existe uma relação de gradação entre os elementos, “firme” > “segura” > “coesa” > “coerente” > “verossímil”. São expressões qualificadoras que têm como objetivo agregar valor ao referente e reforçar o PdV do enunciador. Essa

estratégia, além de incorporar ao objeto de discurso traços valorativos, intenciona induzir o leitor sobre a veracidade imputada ao enunciado.

Representação discursiva do “réu” sob o PdV do E’1 (Juiz)

a) “qualificado”, “réu”, “indiciado”, “acusado”, “autor do delito”, “autor dos fatos”

Quadro 4 – Representação discursiva do réu sob o PdV do E’1.

NN.	Exemplo	Referente
01	(E’2) “O MINISTÉRIO PÚBLICO acusa LAJM, qualificado nos autos, da prática de delito descrito no artigo 215 ‘caput’ do Código Penal.”	“qualificado”
02	(E’3) “[...] o réu praticou ato libidinoso com M.A.S, mediante fraude e meio que impediu e dificultou a manifestação de vontade da vítima.”	“réu”
03	(E’3) “[...] a vítima passava pelo local dos fatos, onde avistou o santuário pertencente à Igreja Católica Brasileira, instituição em que congrega o indiciado.”	“indiciado”
4	(E’3) “A vítima voltou ao local e, na companhia do acusado, entrou em uma sala.”	“acusado”
5	(E’9) “[...] descreveu os fatos de forma convincente, apontando o acusado como autor do delito.”	“autor do delito”
6	(E’12) “Apontou o ora acusado como autor dos fatos, sem hesitação.”	“autor dos fatos”

Fonte: Lopes (2014, p. 82).

O discurso jurídico apresenta uma variedade de termos técnicos utilizados em contextos comunicativos específicos. Dessa forma, observamos uma diversidade de expressões próprias do léxico jurídico para designar o objeto de discurso em análise, como “qualificado”, “réu”, “indiciado”, “acusado”, “autor do delito”, “autor dos fatos”. Há um critério de organização no texto forense para a utilização de cada termo, que não pode ser comparado ou confundido, ou seja, o termo “qualificado” não se confunde com “indiciado” ou “réu”, pois, apesar de fazerem referência ao mesmo sujeito, são utilizados em situações distintas. Assim, o enunciador, ao empregar o termo “qualificado”, no (E’2) “O MINISTÉRIO PÚBLICO acusa L.A.J.M.,⁶ qualificado nos autos”, ele o faz logo após o emprego do órgão de denúncia e da citação do nome do sujeito acusado. De acordo com Capez (2012, p. 195), “qualificar é apontar o conjunto de qualidades pelas quais se possa identificar o denunciado, distinguindo-o das demais pessoas. A qualificação é prescindível, desde que seja possível obter-se a identidade física do acusado, por traços característicos ou outros dados”. Verificamos que esse termo somente é empregado no início do documento, ou seja, no primeiro enunciado. Essa disposição dos termos faz parte de uma organização preestabelecida na sentença judicial e enseja no texto a abertura do processo. Sendo assim, ela é responsável por informações relevantes sobre os assuntos que irão ser tratados no texto.

Outro termo bastante recorrente nos textos jurídicos é “réu”. Na esfera jurídica é utilizado para designar o suspeito de uma infração penal e só deve ser empregado após o deferimento do pedido do Ministério Público pelo juiz. Para a jurisprudência, o termo “réu” não

⁶ Por ser um documento que trata de assuntos que envolvem diretamente pessoas em situações de conflito e, no nosso caso, crimes de violência contra a mulher, de modo a preservar a face dos envolvidos e em conformidade com os princípios éticos e sociais, seus nomes foram abreviados. Dessa forma utilizamos L.A.J.M, L.A, Padre A. para réu e M.A.S ou M. para a identificação da vítima.

configura um estado negativo ou pejorativo do sujeito, pois, nesse caso, o indivíduo ainda está passando pelo processo do julgamento e sobre ele não há provas que possam atestar sua culpa. Portanto, nesse estágio do processo, o sujeito não é considerado culpado. No entanto, ao observarmos o (E'3), verificamos que a partir da utilização do verbo “praticar”, “o réu praticou ato libidinoso com M.A.S., mediante fraude e meio que impediu e dificultou a manifestação de vontade da vítima”, atribui-se ao sujeito uma imagem negativa e depreciativa. Nesse caso, a utilização dos verbos “praticar”, “impedir” e “dificultar” imputam e conferem ao sujeito a autoria do delito.

O termo “indiciado” juridicamente está no mesmo patamar de classificação de “suspeito” ou “réu”, no entanto verificamos um intensificador no uso dos termos (E'3) “acusado”, (E'9) “autor do delito” e (E'12) “autor dos fatos”, principalmente nos dois últimos enunciados quando os termos são acompanhados pelo verbo “apontar”, no sentido de reforçar e confirmar a autoria do crime.

As representações discursivas do “réu”, a partir do ponto de vista do [E'1], constroem-se também por intermédio das predicções. Nesse caso, identificamos um percentual significativo de processos verbais indicando as ações do sujeito. Elencamos abaixo alguns exemplos:

Exemplo 1

1 (E'2) “Ele se identificou como Padre A., ofereceu à vítima seus serviços espirituais, posto que soubera esta que ele realizava tal mister, envolvendo orações e atitudes do gênero.”

2 (E'2) “A vítima voltou ao local e, na companhia do acusado, entrou em uma sala. L.A. trancou a porta, encostou M. na parede e, dizendo estar fazendo orações, passou, libidinosamente, a mão pelos seios da vítima e dizia ‘cuida senhor dessa irmãzinha’, ‘cuida também do seu coração’.”

3 (E'2) “A vítima, assustada, pediu para que o acusado abra a porta, ocasião em que ele limpou as mãos dele e dela com álcool e destrancou a porta.”

Observamos que, no primeiro exemplo, os verbos conjugados no pretérito perfeito (“identificou” e “ofereceu”) e no imperfeito (“realizava”) marcam as primeiras ações do réu. Já o uso do verbo no imperfeito indica um processo não acabado, que expressa um continuum ou uma constância das ações. Dessa forma, a estratégia de convencimento do “réu” parte da premissa de se autodenominar um padre, construindo uma imagem de “líder religioso”, “conselheiro”, “homem de fé”, ou seja, uma pessoa acima de qualquer suspeita. A partir dessa identificação, o sujeito oferece à vítima “seus serviços espirituais”, expressão que se liga ao seu ofício. As expressões “tal mister” e “orações e atitudes do gênero” agregam-se à expressão anterior “serviços espirituais” com a função de descrever o tipo de serviço prestado pelo acusado.

Em seguida, exemplo 2, o emprego dos verbos “trancar”, “encostar”, “passar” denotam uma outra imagem da anteriormente formada. Observamos que o processo da agressão obedece a uma sequência de ações, ou seja, primeiro o agressor tranca a porta, encosta a vítima na parede, para depois passar a mão libidinosamente pelos seus seios. A locução verbal “dizendo estar fazendo” apresenta um processo em curso, uma ação em realização. A expressão é utilizada pelo acusado com o intuito de demonstrar à vítima que tudo o que estava acontecendo fazia parte dos procedimentos de oração. Dessa maneira, ele usa as expressões “cuida, senhor, dessa irmãzinha”, “cuida

também do seu coração”, em que utiliza o verbo “cuidar” no sentido de dar assistência e o termo “senhor” referindo-se a Deus. O emprego do verbo “limpar” liga-se à expressão “serviços espirituais”, “ocasião em que ele limpou as mãos dele e dela com álcool e destrancou a porta”, demonstrando que até aquele momento todas as suas atitudes não passavam de método de oração a que a vítima estava sendo submetida.

b) “Padre A.”, “atencioso”

Quadro 5 - Representação discursiva do réu sob o PdV do E’3.

N.	Exemplos	Referente
1	(E’11) Encontrou o acusado, que se identificou como Padre A. e pediu para conversar.	“Padre A”
N	Exemplos	Modif. do Referente
2	(E’11) Ele foi atencioso e disse que iria fazer umas orações, determinando que ela levantasse e virasse para a parede.	“atencioso”

Fonte: Lopes (2014, p. 87).

A construção da representação discursiva do “réu” é focalizada a partir do ponto de vista da “vítima”, ou seja, sob o PdV do [E3]. Nesse sentido, temos que em (E’11) o referente é retomado como “Padre A.” Essa nova designação do “réu” passa por uma construção do sujeito ligada a fatores sociais. Assim, a identificação do sujeito “como padre” remete a uma figura respeitada pela sociedade, líder religioso que aceita a missão sacerdotal para cuidar da vida espiritual dos fiéis. Além dos fatores sociais, essa representação incide em valores morais e éticos. Para retomar o referente, o [E3] utiliza o anafórico pronominal “ele”, que recebe como modificador o termo “atencioso”, caracterizando a figura do sacerdote, denotando um caráter respeitoso e gentil. Vejamos outros exemplos:

Exemplo 2

- 1 (E’11) Ele a chamou a uma sala, trancando a porta. Ele quis saber o que ocorria e ela explicou o que a afligia.
- 2 (E’11) Ele iniciou as orações e passou a mão nos seus seios, o que achou estranho.
- 3 (E’11) Ficou mais alarmada, quando sentiu que ele desceu as mãos.
- 4 (E’11) Percebeu que ele passava as mãos no órgão genital dele.

A construção da representação discursiva de “padre” fica mais evidente a partir da utilização das predicções “Ele a **chamou** [...]”, “Ele **quis saber** o que ocorria [...]”, “Ele **iniciou** as orações”, ações aparentemente motivadas pelo desejo de ajudar o próximo, de ser prestativo. No entanto, essa imagem é desconstruída, havendo uma quebra do paradigma anterior. A figura religiosa passa a dar lugar a uma nova figura, a do “molestador”. Nesse caso, o verbo que dá ênfase a essa construção é “passar”, “ele passou a mão pelos seus seios”, “ele passava as mãos no órgão genital dele”. Nesse sentido, a construção dessas representações do referente passa por processos antagônicos, que não se complementam, nem se aproximam, ou seja, a figura de “padre” transforma-se na imagem do “molestador”, do “agressor”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, buscamos analisar as representações discursivas da vítima e do réu construídas na sentença judicial a partir dos pontos de vista de enunciadores distintos. Para auxiliar nossas análises, lançamos mão de três categorias semânticas da Rd, a referência, a predicação e seus modificadores.

A polifonia ou os diferentes PdV presentes no texto apontam para sentidos distintos do termo “vítima” e “réu”, que podem aproximar-se ou distanciar-se de acordo com a orientação argumentativa do texto. A análise demonstrou que o processo de construção de uma imagem é complexo e depende das escolhas feitas pelo locutor/enunciador e dos objetivos que ele quer alcançar com seu texto. Nesse sentido, observamos que a representação de uma pessoa é muito mais evidente em alguns de seus aspectos, saberes, intenções e valores que essa figura traduz.

Diante da importância social do texto forense e, em especial, da sentença judicial na vida dos cidadãos, percebemos a relevância em desenvolver pesquisas que abordem o estudo da dimensão semântica do texto, principalmente na construção das representações dos objetos de discurso, pois esses elementos são essenciais no processo argumentativo. Acreditamos que nossas reflexões contribuirão para o desenvolvimento de novas pesquisas na área da ATD e, notadamente, nos textos de caráter jurídico.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *A Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de processo penal*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CULIOLI, Antoine. *Rubriques de linguistique de l'Encyclopédie Alpha*. Paris: GrangeBatelière, 1971.
- DUBOIS, Danièle; MONDADA, Lorenza. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). *Referência*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NØLKE, H.; FLØTTUM, K.; NORÉN, C.; *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. Paris: Kimé, 2004.
- PASSEGGI, Luis. A estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos categorias descritivas da lógica natural para a linguística. In: PASSEGGI, Luis; OLIVEIRA, Maria do Socorro (Org.). *Linguística e educação: gramática, discurso e ensino*. São Paulo: Terceira Margem, 2001. p. 245-266.
- PASSEGGI, Luis, et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual dos sentidos. In: BENTES, Anna. Chistina.; LEITE, Marli. Quadros. (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.
- RABATEL, Alain. *Homo narrans: pour une analyse énonciative et interactionnelle durécit: les points de vue et la logique de lanarration*. Limoges: Lambert-Lucas, 2008a. tomo I.
- RODRIGUES, Maria das Graças Soares, et al. Planos de texto e representações discursivas: a

seção de abertura em processo-crime. In: BASTOS, N. B. *Língua portuguesa e lusofonia*. São Paulo: EDUC, 2014, p. 240-255.

_____ et al. Voltarei. O povo me absolverá...: a construção de um discurso político de renúncia. In: _____. *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-187.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis.; SILVA NETO, João Gomes da. (Org.). *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010.